



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da 10.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada no município de Paranavaí, em 01/04/2021

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, iniciou-se a 10.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, realizada inteiramente de modo remoto, pelo aplicativo *Zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa, através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Presentes os Deputados Estaduais: Deputado Anibelli Neto, Dep. Professor Lemos, Dep. Evandro Araújo, Dep. Mabel Canto, Dep. Soldado Fruet, Dep. Arilson Chiorato, Dep. Luiz Cláudio Romanelli, Dep. Tião Medeiros. Dep. Subtenente Everton, Dep. Tercílio Turini, Dep. Luiza Fernando Guerra, Dep. Delegado Recalcatti, Dep. Eduardo Rocha da Assembleia do Mato Grosso do Sul. Foram citadas as presenças dos Prefeitos de Santa Cruz de Monte Castelo, Terra Rica, Paraíso do Norte, Nova Londrina, Representantes da Alcoopar, Sindicato dos Bancários, Coacipar, ACIAP de Paranavaí, Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, Representantes da Socipar, da Associação de advogados do Noroeste do Paraná, Alceu Pastorello (Pato Branco), Adv. Edilson Avellar (diretor financeiro da Socipar), João Paulo TONETI, presidente da Associação de Microempresas do Noroeste do PR. Ricardo Gimenes, Secretario de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Agricultura e Turismo de Nova Londrina. Sérgio Malluceli, Lindolfo Jr, Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais do TECPAR, Prefeita Rose de Querência do Norte, ROBERTO FELLIPE de Itaúna do Sul, Vereador Valmir Trossini de Paranavaí, Prefeito Ratão de Mirador, Prefeito Celso de Planaltina do Paraná, Vice prefeito de Alto Paraná Carlino Fraga (Mirador), Diretor Administrativo da Associação dos Empregados da SANEPAR, EX VEREADOR DANIEL MOREIRA, Vereador Cristiano Metzner o Suko de Marechal Cândido Rondon, Prefeito Eliel Correa de Diamante do Norte Pr, PREFEITO DE MARILENA ZÉ DO PEIXE, Antônio Xavier Costa e Maria Ana da Câmara Municipal de Guairaçá, João Artur Casado, Presidente do Conselho Jovem da ACIAP de Paranavaí, representante na CACINPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Noroeste do Paraná). A Jornalista Paola Manfroi faz a abertura da audiência, e fará a mediação da audiência. Passado para o Dep. Arilson Chiorato que esclarece a função da frente parlamentar, ouvir a população e todos os segmentos da sociedade, identificar erros e apresentar soluções, e que seja um instrumento de mediação, como viés da vida, de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

trafegabilidade e de escoamento da produção. Que existe previsão de nova praça em Guairaçá, com apenas a criação de terceira faixa e não duplicação, e autorização de degrau tarifário após a obra. É passada a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli, para fazer uma apresentação sobre o novo modelo de pedágio, em aprofundada demonstração do histórico do pedágio, da situação atual dos contratos de pedágio, a previsão de encerramento e considerações sobre o nova licitação para concessões de pedágios que está coordenada pelo Governo Federal. Dep. Romanelli afirma que é certo que o governo estadual e o Secretário Sandro Alex definiram que querem licitação pelo menor preço. Querem uma licitação limpa, correta, feita na bolsa de valores, e querem obras que comecem no começo da concessão. Outro ponto é a garantia da execução da obra, para que a empresa que ganhe faça uma caução. São mantidas as 27 praças e criadas 15 novas. Governo Federal está propondo um desconto limitado, sem menor tarifa, o Ministro disse que deixará a outorga na rodovia, mas a taxa de outorga é uma espécie do gênero tributo. Querem limitar o leilão, para supostamente "garantir fluxo de caixa positivo para as empresas", para garantir obras, o que é uma falácia. Outro risco grande do modelo híbrido é o degrau tarifário que reajusta a tarifa em até quarenta por cento após as obras. O que queremos é, três critérios, sendo licitação por menor preço, sem taxa de outorga, e sem nenhum outro mecanismo que possa prejudicar o desconto, as obras no começo do contrato e caução para garantia real para execução das obras. Comparativos entre concessão onerosa. temos exemplos de licitação por menor preço exitosas, BR364 MG, BR 101 SC e Rodovias de Integração do Sul RS. Dep. Romanelli resume que o objeto é pela licitação menor preço, com garantia de caução (proposta CORECON) e obras no início. As rodovias estaduais, para serem cedidas ao Governo Federal, deve ser autorizadas pela Assembleia Legislativa. Finda essa exposição inicial, o Sr. Coordenador da Frente Parlamentar também franqueou o uso da palavra aos Sen. Flávio Arns, que ressalta que as decisões atuais terão impactos definitivos na econômica, na área social, a todos, elogia o trabalho da Frente Parlamentar, que deu oportunidade para a sociedade paranaense ter conhecimento do que estava fazendo, e que o governo do estado deve se manifestar. Passou a palavra ao Dep. Tião Medeiros, da região de Paranavaí, que não se justifica pela questão de fluxo uma duplicação da BR376 até Campo Grande, que as obras devem ser feitas no início, e que o Governador é a favor da licitação por menor preço, sem outorga, obras no início



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

e leilão na bolsa de valores. Participaram com manifestação verbal, o Prefeito de Paranavaí, Carlos Henrique Rossato Gomes (Delegado Caíque), do Deputado Eduardo da Rocha, Demerval Silvestre, Presidente da Socipar (Movimento da Sociedade do Paraná), Prefeito Beto Vizotto, de Paraíso do Norte, Empresário em Paranavaí Ivo Pierin Júnior, Deputado Evandro Araújo, Prefeito de Terra Rica Júlio César da Silva Leite, Deputado Tercílio Turini, Deputado Estadual Subtenente Everton, Professor Celso Santos da ANPIR/Paranavaí, Valderci Silva Rádio FM Paranavaí, Deputado Estadual Professor Lemos. João Arthur Casado, Inspetoria do CREA/PR e Associação dos Engenheiros de Paranavaí, Deputado Delegado Recalcatti, Altevir Batista da ALCOOPAR, Lúcio Lagemann, Assessor de Logística da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, Prefeito Fran Boni (Francisco Boni) - Presidente do Consórcio Comafem. Deputado Luiz Fernando Guerra também se pronunciou, no sentido também da opção pela menor tarifa. João Tonetti, Paranavaí. Rauny Rici Aguiar, presidente da Associação dos Advogados do Noroeste. Foram apresentados pronunciamentos gravados da Senadora do MS, Simone Tebet, que ressaltou a importância da duplicação da BR376, em fase de estudo, segundo o Ministro Tarcísio, e Senador Nelson Traad do MS. Dos Senadores paranaenses Oriovisto Guimarães também se pronunciou. Os presentes foi uníssonos em ressaltar a importância da mobilização e unidade da Assembleia Legislativa, a não aceitação à praça de pedágio próximo à Guairaçá, sem no mínimo duplicação e devidos investimentos, e os presentes se manifestaram pela licitação exclusivamente pelo menor preço, sem o pagamento de outorga, com obras e duplicações possíveis no início dos contratos. Que este modelo de licitação e estudos contém sobrepreço, começam com tarifas altas que subirão ainda mais depois da aplicação de degrau tarifário. Que as mesmas empresas não sejam renovadas no pedágio. Principais propostas listadas: 1. Necessidade de Duplicação da Rodovia 376 de Paranavaí a Nova Londrina; 2. Ponte de Ligação com Mato Grosso do Sul; 3. Como evitar a utilização de rodovias estaduais de menor capacidade, com prejuízo para as Prefeituras; 4. Proposta de avaliação dos obras e cumprimento do contrato de 05 anos e depois de 03 em 03 anos; 4. Não retroceder às propostas de consenso pela licitação de menor tarifa; 5. Licitação pela menor tarifa; 6. Não ao modelo híbrido; 7. Revisão contratual a cada dez anos; 8. Retirada do degrau tarifário; 9. Prazo do contrato de 25 anos; 10. Isenção do pedágio para os moradores onde ficam as praças de pedágio; 11. Proibir a participação nas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

licitações das atuais concessionárias; 12. Isenção para motociclistas; 13. Exclusão das novas 15 praças de pedágio; 14. Abertura pela ANTT de procedimento para cobrança das obras não feitas pelas atuais concessionárias; 15. Discutir a localização de praças; 16. Não aceitar a instituição de 15 novas praças; 17. Colocar em prática o pedagiômetro, com discriminação de praça de pedágio e período; 18. Ligação de Terra Rica a Porto Euclides da Cunha, Estado de São Paulo, PR 180; 19. Cobrar as obras e serviços dos atuais contratos de concessão rodoviária; 20. Considerar o turismo para fortalecer argumentos. Concluídas as intervenções, foram lidas mais perguntas questionamentos encaminhados remotamente, que foram devidamente respondidos pelo Deputado Estadual Luiz Claudio Romanelli. Prefeito de Paranavaí se manifesta e agradece a participação, e o Governo Federal deve ouvir de fato e levar em consideração a opinião que saiu das audiências públicas. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Arilson Chiorato agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual Arilson Chiorato